



Associação para o Desenvolvimento Social da Loureira

Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2017

Índice

Balanço	4
Demonstração dos Resultados por Naturezas	5
Demonstração dos Resultados por Funções	6
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios.....	7
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	9
Anexo	10
1. Identificação da Entidade	10
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	10
3. Principais Políticas Contabilísticas	11
3.1. Bases de Apresentação	11
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	13
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	17
5. Ativos Fixos Tangíveis	18
6. Investimentos financeiros.....	18
7. Inventários	19
8. Rédito.....	19
9. Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	20
10. Imposto sobre o Rendimento	20
11. Benefícios dos empregados.....	20
12. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	21
13. Outras Informações	21
13.1. Clientes e Utentes	21
13.2. Outras contas a receber	21
13.3. Diferimentos.....	21
13.4. Caixa e Depósitos Bancários.....	22
13.5. Fundos Patrimoniais.....	22
13.6. Fornecedores.....	22
13.7. Estado e Outros Entes Públicos.....	23
13.8. Outras Contas a Pagar	23
13.9. Fornecimentos e serviços externos.....	23

13.10.	Outros rendimentos	24
13.11.	Outros gastos	24
13.12.	Resultados Financeiros.....	24
13.13.	Acontecimentos após data de Balanço	25

Balanço

ASSOC. PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA LOUREIRA

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2017	31-12-2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	457.941,07	474.502,58
Bens do património histórico e cultural		-	-
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros	6	1.358,84	1.148,94
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros			
Outros créditos e ativos não financeiros			
Subtotal		459.299,91	475.651,52
Ativo corrente			
Inventários	7	4.399,54	4.657,57
Créditos a receber	13.1	19.419,40	16.100,95
Estado e outros Entes Públicos	13.7	1.594,57	3.977,39
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros		-	-
Diferimentos	13.3	3.852,69	3.461,57
Outros ativos correntes	13.2	3.394,25	85,00
Caixa e depósitos bancários	13.4	123.871,58	84.980,47
Subtotal		156.532,03	113.262,95
Total do Ativo		615.831,94	588.914,47
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	13.5	150.000,00	150.000,00
Excedentes técnicos		-	-
Reservas		-	-
Resultados transitados	13.5	377.280,09	374.269,40
Excedentes de revalorização		-	-
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais		-	-
Resultado Líquido do período	13.5	26.624,15	3.010,69
Total dos fundos patrimoniais		553.904,24	527.280,09
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos		-	-
Outras dívidas a pagar		-	-
Subtotal		-	-
Passivo corrente			
Fornecedores	13.6	14.428,15	11.189,64
Estado e outros Entes Públicos	13.7	10.861,33	9.777,01
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros		-	-
Financiamentos obtidos		-	-
Diferimentos		-	-
Outros passivos correntes	13.8	36.638,22	40.667,73
Subtotal		61.927,70	61.634,38
Total do passivo		61.927,70	61.634,38
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		615.831,94	588.914,47

Demonstração dos Resultados por Naturezas

ASSOC. PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA LOUREIRA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	8	344.821,54	320.916,76
Subsídios, doações e legados à exploração	9	303.602,24	281.516,49
Variação nos inventários da produção		-	-
Trabalhos para a própria entidade		-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(127.815,34)	(118.812,03)
Fornecimentos e serviços externos	13.9	(95.902,67)	(99.917,32)
Gastos com o pessoal	11	(426.365,31)	(393.607,54)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-	-
Provisões (aumentos/reduções)		-	-
Provisões específicas (aumentos/reduções)		-	-
Outras imparidades (perdas/reversões)		-	-
Aumentos/reduções de justo valor		-	-
Outros rendimentos	13.10	49.390,93	36.381,75
Outros gastos	13.11	(1.232,36)	(2.324,33)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		46.499,03	24.153,78
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(19.823,90)	(21.143,07)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		26.675,13	3.010,71
Juros e rendimentos similares obtidos	13.12	-	-
Juros e gastos similares suportados	13.12	-	(0,02)
Resultados antes de impostos		26.675,13	3.010,69
Imposto sobre o rendimento do período	10	(50,98)	
Resultado líquido do período		26.624,15	3.010,69

Demonstração dos Resultados por Funções

ASSOC. PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA LOUREIRA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Creche	SAD_Serviço de Apoio Domiciliário	CD_Centro de Dia	CAAS_Centro Atendimento e Acompanhament	AAAF_Atividades Animação e Apoio à Família	BAR_ADSSL	Associação_ADSSL	PERÍODOS	
									2017	2016
Vendas e serviços prestados	8	42.552,05	55.211,00	67.026,48	0,00	60.587,35	113.426,66	6.018,00	344.821,54	320.916,76
Custo das vendas e dos serviços prestados	7	-12.485,83	-22.726,48	-22.147,00	0,00	-4.481,28	-57.039,57	-8.935,18	-127.815,34	-118.812,03
Resultado bruto		30.066,22	32.484,52	44.879,48	0,00	56.106,07	56.387,09	-2.917,18	217.006,20	202.104,73
Outros rendimentos	9/13.10	95.640,66	86.769,40	25.224,88	30.790,52	72.752,41	1.218,51	40.596,81	352.993,19	317.898,24
Gastos de distribuição		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gastos administrativos	5/11/13.9	-129.703,08	-112.995,32	-72.694,30	-36.683,83	-106.537,73	-56.489,64	-26.988,00	-542.091,90	-514.667,93
Gastos de investigação e desenvolvimento									0,00	
Outros gastos	13.11	-244,69	-182,93	-116,28	-4,25	-56,64	-306,76	-320,81	-1.232,36	-2.324,33
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-4.240,89	6.075,67	-2.706,22	-5.897,56	22.264,11	809,20	10.370,82	26.675,13	3.010,71
Gastos de financiamento (líquidos)	13.12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,02
Resultados antes de impostos		-4.240,89	6.075,67	-2.706,22	-5.897,56	22.264,11	809,20	10.370,82	26.675,13	3.010,69
Imposto sobre o rendimento do período	10						-50,98		-50,98	0,00
Resultado líquido do período		-4.240,89	6.075,67	-2.706,22	-5.897,56	22.264,11	758,22	10.370,82	26.624,15	3.010,69

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

ASSOC. PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA LOUREIRA

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2016

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total			
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	1	13.5	150.000,00			357.327,90			16.941,50	524.269,40		524.269,40
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico										-		-
Alterações de políticas contabilísticas										-		-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										-		-
Realização de excedente de revalorização										-		-
Excedentes de revalorização										-		-
Ajustamentos por impostos diferidos										-		-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		13.5				16.941,50			(16.941,50)	-		-
	2		-	-	-	16.941,50	-	-	(16.941,50)	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3	13.5							3.010,69	3.010,69		3.010,69
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3								(13.930,81)	3.010,69	-	3.010,69
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos												
Subsídios, doações e legados												
Distribuições												
Outras operações												
	5		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2016	6=1+2+3+4		150.000,00	-	-	374.269,40	-	-	3.010,69	527.280,09	-	527.280,09

ASSOC. PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA LOUREIRA
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2017

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total			
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	6	13.5	150.000,00	-	-	374.269,40	-	-	3.010,69	527.280,09	-	527.280,09
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adoção de novo referencial contabilístico										-		-
Alterações de políticas contabilísticas										-		-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										-		-
Realização de excedente de revalorização										-		-
Excedentes de revalorização										-		-
Ajustamentos por impostos diferidos										-		-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		13.5				3.010,69			(3.010,69)	-		-
	7		-	-	-	3.010,69	-	-	(3.010,69)	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8	13.5							26.624,15	26.624,15		26.624,15
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8								23.613,46	26.624,15	-	26.624,15
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos												
Subsídios, doações e legados												
Distribuições												
Outras operações												
	10		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2017	6+7+8+10		150.000,00	-	-	377.280,09	-	-	23.613,46	553.904,24	-	553.904,24

Demonstração dos Fluxos de Caixa

ASSOC. PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA LOUREIRA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes	8/13.1	341.503,09	325.791,87
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores	13.6	(222.430,96)	(225.904,55)
Pagamentos ao pessoal	11	(429.074,82)	(394.883,83)
Caixa gerada pelas operações		(310.002,69)	(294.996,51)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	10		112,64
Outros recebimentos/pagamentos	9/13.2/13.8	372.189,99	339.119,80
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		62.187,30	44.235,93
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	5	(23.086,29)	(49.183,50)
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros	6	(209,90)	(198,63)
Outros Ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(23.296,19)	(49.382,13)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares	13.12		0,02
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		-	0,02
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		38.891,11	(5.146,18)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		84.980,47	90.126,65
Caixa e seus equivalentes no fim do período		123.871,58	84.980,47

Anexo

1. Identificação da Entidade

O Associação para o Desenvolvimento Social da Loureira é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), com estatutos publicados no Diário da República n.º 79 de 04/04/2002, Série II, com inscrição n.º 10/2002, a fls. 40 e 40 vº do livro n.º 9, das Associações de Solidariedade Social, considerando-se efetuado em 19/11/2001, com sede no Largo da Associação, no lugar de Loureira, 2495-122 Santa Catarina da Serra, freguesia de Santa Catarina da Serra e concelho de Leiria. Tem como atividades principais, o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), Creche, Centro de Dia (CD) e Centro de Atendimento e Acompanhamento Social (CAAS). Estas atividades são prestadas diretamente aos utentes da instituição e desenvolvidas com protocolos de cooperação, estabelecido com o Instituto da Segurança Social (ISS).

Desde setembro de 2014, a instituição presta também Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF), através de protocolo celebrado com o município de Leiria, que consiste na gestão dos infantários e de uma escola da freguesia, durante o período letivo.

A par destas atividades, a instituição tem também em funcionamento um bar (atividade instrumental – fins lucrativos), aberto ao público em geral. Ao longo do ano, vai desenvolvendo algumas atividades extras para angariação de receitas, para colmatar eventuais dificuldades no apoio social prestado.

Estas atividades são exercidas para que a instituição possa prosseguir os seus objetivos, que se podem resumir na boa prestação de apoios sociais à população da freguesia, nomeadamente a mais carenciada.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, com as necessárias alterações, produzidas pelo Decreto-Lei n.º 978/2015, de 2 de junho. O Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);

- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março; e
- Normas interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL, para efeitos de comparabilidade, com o exercício anterior.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não existe a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os

quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” (Nota 13 – 13.2 e 13.8) e “Diferimentos” (Nota 13 – 13.3)

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	6 e 50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	4, 5 e 3

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

3.2.2. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados, não estão diretamente relacionados com a capacidade de, para ela, gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.3. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a receber

Os “*Clientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor, bem como depósitos bancários de longo prazo.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.5. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

3.2.6. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “*As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*”

- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2014 a 2017 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2016						
	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Dotações	Abates/Reforço	Transferências /Desreconhecimento	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2016
Custo						
Terrenos e recursos naturais	-	26.400,00	-	-	-	26.400,00
Edifícios e outras construções	507.257,74	-	-	-	-	507.257,74
Equipamento básico	127.476,07	595,30	-	-	-	128.071,37
Equipamento de transporte	62.224,14	-	-	-	-	62.224,14
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	11.523,25	-	-	-	-	11.523,25
Outros Ativos fixos tangíveis	9.704,35	1.045,13	-	-	-	10.749,48
Total	718.185,55	28.040,43	-	-	-	746.225,98
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	74.685,97	-	11.291,15	-	-	85.977,12
Equipamento básico	109.902,40	-	4.777,26	-	-	114.679,66
Equipamento de transporte	47.620,14	-	3.894,40	-	-	51.514,54
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	10.718,44	-	227,22	-	-	10.945,66
Outros Ativos fixos tangíveis	7.653,38	-	953,04	-	-	8.606,42
Total	250.580,33	-	21.143,07	-	-	271.723,40

31 de Dezembro de 2017						
	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências /Desreconhecimento	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Custo						
Terrenos e recursos naturais	26.400,00	-	-	-	-	26.400,00
Edifícios e outras construções	507.257,74	-	-	-	-	507.257,74
Equipamento básico	128.071,37	2.512,39	-	-	-	130.583,76
Equipamento de transporte	62.224,14	-	-	-	-	62.224,14
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	11.523,25	-	-	-	-	11.523,25
Outros Ativos fixos tangíveis	10.749,48	750,00	-	-	-	11.499,48
Total	746.225,98	3.262,39	-	-	-	749.488,37
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	85.977,12	-	10.697,14	-	-	96.674,26
Equipamento básico	114.679,66	-	4.360,91	-	-	119.040,57
Equipamento de transporte	51.514,54	-	3.894,40	-	-	55.408,94
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	10.945,66	-	196,42	-	-	11.142,08
Outros Ativos fixos tangíveis	8.606,42	-	675,03	-	-	9.281,45
Total	271.723,40	-	19.823,90	-	-	291.547,30

6. Investimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2017 a rubrica “Investimentos financeiros” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2017	2016
Investimentos em subsidiárias	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos em associadas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos noutras empresas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros investimentos financeiros	1.358,84	1.148,94
Fundos de compensação do trabalho	1.358,84	1.148,94
Perdas por Imparidade Acumuladas	-	-
Total	1.358,84	1.148,94

7. Inventários

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2017 a rubrica “*Inventários*” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2016	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2016	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2017
Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	6.058,85	122.012,81	(4.602,06)	4.657,57	129.955,01	(2.397,70)	4.399,54
Produtos Acabados e intermédios	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-
Total	6.058,85	122.012,81	(4.602,06)	4.657,57	129.955,01	(2.397,70)	4.399,54
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				118.812,03			127.815,34
Variações nos inventários da produção				-			-

De referir que os valores da rubrica “*Mercadorias, Matérias-primas, subsidiárias e de consumo*” se desdobram da seguinte forma:

- Matérias-primas: 4.399,54 € (Bar: 3.595,79 € e IPSS: 803,75 €);

8. Rédito

Para os períodos de 2016 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Vendas	-	-
Prestação de Serviços	344.821,54	320.916,76
Quotas dos utilizadores	225.376,88	211.238,47
Quotas e Jóias	3.564,00	1.788,00
Promoções para captação de recursos	-	-
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	-	-
Outras	115.880,66	107.890,29
Juros	-	-
Royalties	-	-
Dividendos	-	-
Total	344.821,54	320.916,76

9. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2016 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Governo	303.602,24	281.516,49
Centro Regional de Segurança Social	230.871,48	222.643,64
Município de Leiria	66.624,17	55.099,87
Instituto de Emprego e Formação Profissional	-	-
Outros	6.106,59	3.772,98
Total	303.602,24	281.516,49

10. Imposto sobre o Rendimento

Nos exercícios em análise, o imposto sobre o rendimento, liquidado pela instituição das atividades sujeitas a imposto sobre o rendimento, foram como segue:

Descrição	2017	2016
IRC Liquidado	50,98	-
Tributação Autónoma	-	-
Total	50,98	-

11. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos/sociais, nos períodos de 2016 e 2017, foram 16 em ambos os períodos.

Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2017 era de 35 e em 31/12/2016, era de 35, também.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	351.325,08	323.387,36
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre as Remunerações	70.550,25	65.526,64
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	3.367,38	4.078,54
Gastos de Acção Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	1.122,60	615,00
Total	426.365,31	393.607,54

12. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

13. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

13.1. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2016 e 2017 a rubrica “*Clientes*” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Clientes e Utentes c/c	19.419,40	16.100,95
Clientes	800,00	800,00
Utentes	18.619,40	15.300,95
Total	19.419,40	16.100,95

13.2. Outras contas a receber

A rubrica “*Outras contas a receber*” tinha, em 31 de dezembro de 2016 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Adiantamentos ao pessoal	-	-
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	-	-
...	-	-
Outros Devedores	3.394,25	85,00
Perdas por Imparidade	-	-
Total	3.394,25	85,00

13.3. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2017, a rubrica “*Diferimentos*” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Gastos a reconhecer		
Seguros	2.900,01	2.510,22
Outros	952,68	951,35
...	-	-
Total	3.852,69	3.461,57
Rendimentos a reconhecer		
Apoios do IEPF	-	-
...	-	-
...	-	-
Total	-	-

13.4. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2016 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2017	2016
Caixa	4.340,16	3.303,28
Depósitos à ordem	119.768,71	81.677,19
Depósitos a prazo	-	-
Outros	-	-
Total	124.108,87	84.980,47

13.5. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2017	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2017
Fundos	150.000,00	-	-	150.000,00
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	374.269,40	3.010,69	-	377.280,09
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	-	-	-	-
Total	524.269,40	3.010,69	-	527.280,09

13.6. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	14.428,15	11.189,64
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	14.428,15	11.189,64

13.7. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1.594,57	3.977,39
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	1.594,57	3.977,39
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	50,98	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1.705,44	1.925,43
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1.427,00	1.045,67
Segurança Social	7.677,91	6.805,91
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	10.861,33	9.777,01

13.8. Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	-	-	-
Remunerações a pagar	-	-	-	-
Cauções	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	36.638,22	-	40.667,73
Outros credores	-	-	-	-
Total	-	36.638,22	-	40.667,73

13.9. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2017 foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	33.192,22	37.790,74
Materiais	9.352,26	5.223,80
Energia e fluidos	30.531,71	29.505,69
Deslocações, estadas e transportes	1.520,90	3.622,60
Serviços diversos (*)	21.305,58	23.774,49
Limpeza, higiene e conforto	13.417,20	15.438,40
Seguros	2.368,97	2.701,93
comunicação	4.071,67	4.183,99
Total	95.902,67	99.917,32

(*) Discriminar as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

13.10. Outros rendimentos

A rubrica de “*Outros rendimentos e ganhos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	302,50	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	379,28	119,85
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	2.766,25	3.588,04
Outros rendimentos e ganhos	45.942,90	32.673,86
Total	49.390,93	36.381,75

13.11. Outros gastos

A rubrica de “*Outros gastos e perdas*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	366,63	61,80
Descontos de pronto pagamento concedidos	5,00	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	98,00	71,50
Outros Gastos e Perdas	762,73	2.191,03
Total	1.232,36	2.324,33

13.12. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	-	0,02
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Total	-	0,02
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	-	-
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total	-	-
Resultados financeiros	-	(0,02)

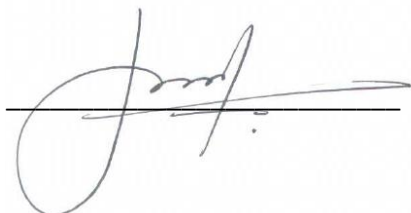
13.13. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Loureira, 09 de março de 2017

O Contabilista Certificado



A Direção
